

ELIANNE MARIA MEIRA ROSA

Professora Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de
Direito da Universidade Braz Cubas. Mogi das Cruzes-SP.

Professora de Ética Geral e Profissional da Faculdade de Direito da
Universidade Braz Cubas. Mogi das Cruzes-SP.

CONSTITUCIONALISMO SOCIAL NO MERCOSUL

THEMIS
LIVRARIA E EDITORA
São Paulo
2002

Localização: 342.4

R788c

Código de barras: STJ00065411

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Rosa, Elianne Maria Meira
Constitucionalismo social no Mercosul / Elianne Maria Meira Rosa.
São Paulo: Themis Livraria e Editora, 2002.
1. Constitucionalismo 2. Mercosul I. Título.
CDU-342 (8)

Índices para catálogo sistemático:

1. Mercosul: Constitucionalismo social:
Direito constitucional 342 (8)

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	XV
INTRODUÇÃO	XVII

CÁPITULO I **DIREITOS SOCIAIS E CONSTITUCIONALISMO SOCIAL**

1. O surgimento dos Direitos Sociais	1
2. A evolução dos Direitos Sociais	4
3. Conceito de Direitos Sociais	8
4. Direitos Sociais e Direitos Individuais	10
5. O advento do Constitucionalismo Social	12

CÁPITULO II **ANTECEDENTES DO CONSTITUCIONALISMO NA AMÉRICA** **ESPANHOLA**

1. O Estado espanhol e sua organização político-administrativa	21
1.1. A ordem jurídica	22
1.2. A estrutura social	24
1.3. A organização institucional da nova colônia	25
1.4. O aspecto legal das terras descobertas	25
1.5. A transferência cultural	26
1.6. As instituições espanholas e indianas	27
2. O trabalho na América colonial espanhola	31
2.1. A encomenda	32
2.2. A mita	33
2.3. O yanaconazgo	34
2.4. A escravidão	35
2.5. As reduções	36
2.6. Os grêmios	36
3. As reformas políticas e econômicas no Rio da Prata	37
4. O Vice-Reinado do Rio da Prata	40
5. Acontecimentos externos que influenciaram os ideais revolucionários do Prata	41

CAPÍTULO III **ANTECEDENTES DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO**

1. O início do período colonial	43
1.1. A divisão do território em Capitanias	44

1.2. A administração colonial	46
1.3. O ordenamento jurídico	46
1.4. Órgãos metropolitanos da administração colonial	48
1.5. A organização administrativa interna da Colônia	49
1.6. A organização social	50
1.7. A educação	51
1.8. A economia	52
2. A organização do trabalho no Brasil Colônia	53
2.1. O trabalho escravo	55
2.2. O trabalho livre	56
3. A resistência ao domínio lusitano	57
4. A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil	57
4.1. A organização administrativa da sede do Império	58
5. Os movimentos constitucionalistas portugueses	59
6. A independência do Brasil	62
7. A primeira etapa do constitucionalismo brasileiro	64
7.1. A convocação da primeira Assembléia Constituinte	64
7.2. A repercussão política da Independência do Brasil	66

CAPÍTULO IV

A FORMAÇÃO INSTITUCIONAL ARGENTINA

1. O pensamento revolucionário	69
2. Objetivos políticos	70
3. Nasce um novo poder	72
4. A tentativa do Carlotismo	72
5. O momento revolucionário	73
6. O primeiro passo para institucionalização do novo Estado	74
7. A questão do federalismo	74
8. elementos estruturais da Revolução de Maio	75
9. A organização do trabalho e da educação após a Revolução de Maio	76
10. A revolução e seus efeitos na formação constitucional argentina	77
11. Os vários pactos e documentos firmados	79
11.1. A formação legislativa	80
11.2. A independência das províncias do Rio da Prata	82
11.3. A elaboração de novos estatutos	84

CAPÍTULO V

O DESENVOLVIMENTO DO CONSTITUCIONALISMO ARGENTINO E A RECEPÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

1. As Constituições Provinciais	89
---------------------------------	----

2. A Constituição de 1853	90
2.1. O Estado de Buenos Aires	92
3. A Reforma Constitucional de 1860	93
3.1. Direitos sociais	95
4. A Constituição de 1949	98
4.1. Direitos sociais	99
5. A Reforma Constitucional de 1957	100
5.1. Direitos sociais	101
6. A Emenda Constitucional de 1972 - Estatuto Fundamental	103
6.1. Direitos sociais	104
7. A Reforma Constitucional de 1994	105
7.1. Direitos sociais	106
7.2. Comentários ao art. 14 bis	107
7.2.1. Condições dignas e eqüitativas de trabalho	108
7.2.2. Jornada limitada	108
7.2.3. Descanso e férias remuneradas	109
7.2.4. Retribuição justa	109
7.2.5. Salário mínimo vital e móvel	109
7.2.6. Igual remuneração por igual tarefa	110
7.2.7. Participação nos lucros da empresas	110
7.2.8. Proteção contra a despedida arbitrária	111
7.2.9. Estabilidade no serviço público	111
7.2.10. Organização sindical livre e democrática	111
7.2.11. Convênios coletivos de trabalho	112
7.2.12. Conciliação e arbitragem	113
7.2.13. O direito de greve	113
7.2.14. A seguridade social	114
7.2.15. Educação para o consumo, saúde e segurança	116
7.2.16. Os direitos dos povos indígenas	116
7.2.17. A educação e a cultura	117
7.2.18. O reconhecimento dos tratados Internacionais	118
7.2.19. Os direitos das mulheres, crianças e deficientes físicos	119

CAPÍTULO VI

O DESENVOLVIMENTO DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO E A RECEPÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

1. A Constituição Imperial brasileira de 1824	123
1.1. Direitos sociais	125
2. A reforma Constitucional de 1834	129
3. A constituição Republicana de 1891	131
3.1. Direitos sociais	131

Localização: 342.4

R788c

Código de barras: STJ00065411

3.2.Reforma Constitucional de 1926	134
4. A Constituição de 1934	135
4.1. Direitos sociais	138
5. A Constituição de 1937	141
5.1. Direitos sociais	142
6. Constituição de 1946	145
6.1. Direitos sociais	146
7. A Constituição de 1967	150
7.1.Direitos sociais	151
8. A Constituição de 1969	152
9. A Constituição de 1988	153
9.1. Direitos sociais	155
9.1.1. Comentários ao art. 7º	157
9.1.2. Direitos sindicais	169
9.1.3. O direito de greve e a participação nos colegiados dos órgãos públicos	171
9.1.4. Direitos relativos à seguridade social	173
9.1.5. Direito à segurança	179
9.1.6. Direito à educação e à cultura	179
9.1.7. A cultura, o desporto, a comunicação social e a ciência e tecnologia	181
9.1..8. Direito ao lazer	183
9.1..9. Direitos referentes à família, à criança, ao adolescente e ao idoso	183
9.1.10. Direitos dos povos indígenas	186
9.1.11. Transporte e moradia	187
9.1.12. Servidores públicos civis	188
9.1.13. Servidores públicos militares	190

CÁPITULO VII

FORMAÇÃO DO ESTADO PARAGUAIO, SUA EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL E A RECEPÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

1.O movimento pela independência	193
2. As administrações de Carlos Antonio López e Francisco Solano	196
3. A Constituição de 1870	198
3.2. Direitos sociais	199
4. A Constituição de 1940	200
4.1. Direitos sociais	201
5. A Constituição de 1967 e a Reforma Constitucional de 1977	203
5.1. Direitos sociais	204
5.1.1. Direitos relativos à família	204
5.1.2. A maternidade e a infância	204

Localização: 342.4

R788c

Código de barras: STJ00065411

5.1.3. Seguridade social	205
5.1.4. Educação e cultura	205
5.1.5. Direitos relativos à saúde	205
5.1.6. Direitos dos trabalhadores	206
5.1.7. Direito à sindicalização	206
5.1.8. Direito de greve	206
6. A Constituição de 1992	207
6.1. Direitos sociais	207
6.1.1. Proteção à família	208
6.1.2. Proteção à maternidade, infância, juventude e terceira idade	208
6.1.3. Proteção aos excepcionais	209
6.1.4. Direitos dos povos indígenas	209
6.1.5. Direitos relativos à saúde	209
6.1.6. Educação e cultura	210
6.1.7. A liberdade de trabalho	211
6.1.8. Limitação da jornada de trabalho	211
6.1.9. Descanso e férias remuneradas	212
6.1.10. Salário vital mínimo	212
6.1.11. Estabilidade e indenização	212
6.1.12. A seguridade social	213
6.1.13. Direitos sindicais	213
6.1.14. Contratos coletivos	213
6.1.15. Direito de greve	214
6.1.16. Moradia	214
6.1.17. Funcionalismo público	214

CÁPITULO VIII O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL URUGUAIO

1. Período colonial	217
2. A organização administrativa	218
3. A administração artiguista	218
4. A incorporação da Banda Oriental a Portugal	222
5. A imposição da Constituição Imperial do Brasil	223
6. A organização de um novo Estado	224

CAPITULO IX A EVOLUÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO NO URUGUAI E A RECEPÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

1. A Constituição de 1830	227
1.1. Direitos sociais	227

Localização: 342.4

R788c

2. A Constituição de 1917/1918	228
2.1. Direitos sociais	229
3. A Constituição de 1934	229
3.1. Direitos sociais	230
4. A Reforma Constitucional de 1936 e a Constituição de 1942	231
4.1. Direitos sociais	232
5. A Constituição de 1952	234
5.1. Direitos sociais	234
6. A Constituição de 1967 com as reformas de 1989, 1994 e 1997	235
6.1. Direitos sociais	235
6.1.1. Direito à justa remuneração	235
6.1.2. Limitação da jornada de trabalho	236
6.1.3. Descanso semanal	236
6.1.4. Convênios coletivos	237
6.1.5. Higiene física e moral	237
6.1.6. Trabalho de mulheres e menores	237
6.1.7. Direitos da trabalhadora gestante	238
6.1.8. Direito à saúde	239
6.1.9. Alimentação e alojamento de empregados	239
6.1.10. Direitos da criança e do adolescente	239
6.1.11. Direitos sindicais	240
6.1.12. Direito de greve	240
6.1.13. Seguridade social	240
6.1.14. Direito à educação	241
6.1.15. Direito à moradia digna	242
6.1.16. Assistência aos deficientes físicos e aos desamparados	242
CONCLUSÕES	243
BIBLIOGRAFIA	263